



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

RENATA PEREIRA LAVAREDA

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE O DESEJO E A
TRANSGRESSÃO**

Brasília
2015



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE O DESEJO E A TRANSGRESSÃO

Por

RENATA PEREIRA LAVAREDA

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica

Orientadora: Profa. Dra. Joselita Rodrigues Rodvalho

Brasília
2015

RENATA PEREIRA LAVAREDA

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE O DESEJO E A
TRANSGRESSÃO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica

Orientadora: Profa. Dra. Joselita Rodrigues Rodovalho

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joselita Rodrigues Rodovalho – Presidente

Profa. Dra. Isa Paniago – Membro

Prof. Dr. Gilson Ciarallo – Membro

AGRADECIMENTOS

À Annya Boaventura, Érica Garcia, Letícia Del Gaudio, Patrícia Andrade, Rosângela Medeiros e à Stephanie Winkler, amigas de anos e de todas as horas, cujas palavras -sempre são repletas de incentivo, amor e amparo. À Isabel Krupp e Soraya Wakim, amigas de reflexões psicanalíticas, sorrisos e cuidados. À Thaís Quezado, que me apoiou nesta jornada, sempre paciente. Aos meus amigos de classe José Carlos Waeny e William Carson, com os quais tive conversas muito proveitosas.

Aos meus irmãos Gustavo, Mônica e Pedro Lavareda, meus amores/amigos; e aos meus pais, provocadores de tantas questões que só fomentaram minha paixão pela Psicanálise. À minha Mãe especialmente. À Rafaela e ao Gabriel Lavareda, o carinho e a gostosa companhia. Amo todos vocês!

À Mariana Veras, como tenho podido dizer mais de mim! Minha gratidão...

À Querida Professora Isa Paniago, que me apresentou Melanie Klein, despertando-me mais prazer e curiosidade pela Psicanálise. Obrigada pelas supervisões e pela sua doçura, reavivaram a alma.

À Querida Orientadora, Joselita Rodovalho, as preciosas palavras; a paciência; a presença constante; a dedicação; o suporte técnico e a oportunidade de aprender mais sobre Psicanálise. Minha admiração é grande! Seu acolhimento nos meus momentos difíceis foi o motor para finalizar este trabalho...

**“Ainda bem que sempre existe
outro dia. E outros sonhos. E
outros risos. E outras pessoas.
E outras coisas ...”**

Clarice Lispector

RESUMO

O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes se configura como violação de direitos humanos e questão de relevância em saúde pública. Por isso, o governo tem investido em campanhas educativas e preventivas quanto à questão da violência sexual, em especial a intrafamiliar, que soma a maior parte dos casos denunciados. Ademais tem oferecido acolhimento e atendimento interdisciplinar nos serviços de saúde pública aos abusados, solapados em seu desenvolvimento psicossocial após a vivência desta agressão, como também às famílias. De fato, a psicanálise é convocada a compreender este fenômeno social, o qual põe em jogo a deturpação dos papéis sociais e psicológicos de pais e parentes, os quais passam a investir numa relação com a criança ou o adolescente de seu lar genitalizada, sexualizada e até violenta. Deste modo, o interesse geral deste trabalho é compreender a questão do abuso sexual intrafamiliar, o desejo incestuoso e sua não-interdição e como específico elucidar e correlacionar montagem do sujeito perverso, a vivência do Édipo e de castração com a incidência de violação sexual nas famílias. Com este fim, foi realizada revisão teórica de Freud, Lacan e outros autores psicanalíticos, tecendo relações entre perversão e abuso sexual, numa tentativa de ampliar as contribuições a este tema. Conclui-se que a inconsistência da função paterna do século XX e XXI e a perda da função simbólica na interdição psíquica têm como desdobramento a violência sexual intrafamiliar. É imprescindível que psicanalistas e demais profissionais convocados a atender aos abusados e intervir nas famílias estejam implicados no resgate da condição de sujeitos de direitos destas crianças e adolescentes, numa escuta diferenciada para além da responsabilização dos ofensores, a qual, no entanto, também auxilie no empoderamento dos abusados e na transformação radical da realidade vivida.

Palavras chaves: Abuso sexual intrafamiliar. Desejo incestuoso. Não interdição. Função paterna.

ABSTRACT

The intrafamily sexual abuse against children and adolescents is configured as a human rights violation and a matter of public health relevance. Therefore, the government has invested in education and prevention campaigns on the issue of sexual violence, especially intrafamily, which adds most of the cases reported. It also has offered welcome and interdisciplinary care in public victims, undermined in their psychosocial development after the experience of this aggression, but also to families health services. Indeed, psychoanalysis is called to understand this social phenomenon, which brings into play the misrepresentation of social and psychological roles of parents and relatives, which start to invest in a relationship with the child and/or adolescent your home sexualized and even violent. Thus, the general interest of this work is to understand the issue of intra-family sexual abuse, incestuous desire and its prohibition and non-specific as to elucidate and correlate mounting perverse subject, the experience of the Oedipus and castration with the incidence of rape in families. To this end, theoretical revision of Freud, Lacan and other psychoanalytic authors was performed, weaving relationships between perversion and sexual abuse in an attempt to broaden the contributions to this issue. This study concludes the inconsistency of the paternal function of the twentieth and twenty-first century and the loss of the symbolic function in the psychic interdiction are unfolding as intrafamily sexual violence. It is imperative that analysts and other professionals called upon to assist victims and intervene in families are involved in the rescue of the condition subject to rights of these children and adolescents. a differentiated listening beyond the accountability of offenders, which, however, also assist in empowerment of victims and the radical transformation of the reality.

Key words: Intra-family sexual abuse. Incestuous desire. No ban. Paternal function.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
DA SITUAÇÃO – PROBLEMA	10
2 A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA HUMANA	15
2.1 A função do simbólico e do imaginário na montagem do sujeito	25
2.2 A criança: sua satisfação e a mediatização de seu gozo	26
3 A CASTRAÇÃO E A PERVERSÃO	29
4 A DEMISSÃO DA FUNÇÃO PATERNA E SEU DESDOBRAMENTO: A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	36
4.1 O abuso sexual: entre o desejo e transgressão ..	38
5 CAMPANHA UNBREAKABLE	41
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	47
ANEXO A Das imagens e dos restos	50

INTRODUÇÃO

Desde há dois anos, quando em meu trabalho fui incumbida de ler as denúncias enviadas ao Disque Direitos Humanos (DISQUE 100) da Presidência da República de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no âmbito do Distrito Federal, o interesse por compreender mais sobre a questão do abuso sexual intrafamiliar me foi despertada.

Em razão dessas crescentes denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, instâncias do Judiciário, Legislativo e do Executivo no Brasil têm-se articulado no intuito de desenvolver intervenções capazes de punir os autores, minimizar o impacto do dano sofrido, além de oferecer atendimentos eficientes no acolhimento e no acompanhamento psicossocial aos abusados e sua família. Os impactos sociais e aspectos psicológicos despertados pela vivência de abuso sexual intrafamiliar são muitos; por isso, a insistente convocação de diversas instâncias de saber no enfrentamento ao tema, como também o investimento em canais de denúncia, para que o governo interrompa a incidência desta violência e proceda a proteção dos abusados, sujeitos de direitos em fase de peculiar desenvolvimento.

Este trabalho tem o propósito geral de abordar a questão do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes à luz da teoria psicanalítica e sua relação com subjetivação do sujeito, a qual se articula no corpo, nos papéis sociais, nos conflitos e na função do simbólico (a palavra, a cultura, a lei). Ademais seu propósito específico é elucidar e correlacionar a montagem do sujeito perverso com esta violação grave de direitos humanos.

Para alcançar tais objetivos, foi realizada revisão teórica de Freud, Lacan e autores psicanalíticos contemporâneos que discutem a constituição da subjetividade e o impacto da função simbólica na (des) organização da subjetivação do sujeito e na estruturação familiar. Conceitos psicanalíticos diversos como Pulsão; Eu, Supereu; Complexo de Édipo; Angústia de Castração; Identificação e Perversão foram articulados para embasar a discussão sobre constituição psíquica, o desejo

incestuoso e a transgressão da Lei. Do olhar da Psicanálise sobre a economia do desejo humano se valerá este trabalho.

Apesar da crescente atenção para o tema do abuso sexual de crianças, há muitos impasses e dificuldades, seja no atendimento ao abusado, ao ofensor e à família, seja principalmente na compreensão do fenômeno. Metodologicamente ainda há difusão nas ações, o que mantém a vítima vulnerável e o ofensor sem intervenção adequada. Espera-se demonstrar com este estudo psicanalítico um arcabouço teórico na compreensão desta problemática, como também despertar interesse aos ordenamentos legais vigentes e a atenção para a questão de gênero, cuja marca tem sido a violência, em diferentes expressões, inclusive a sexual.

O presente estudo foi estruturado em 5 capítulos.

O primeiro capítulo consiste num apanhado de informações gerais sobre a questão do abuso sexual intrafamiliar e para isso foram selecionados pesquisadores sobre o tema. O segundo capítulo trata da apresentação de conceitos essenciais na teoria psicanalítica sobre a montagem do sujeito, destacando em subcapítulos a função do imaginário e do simbólico e a criança, compreendida a partir de seu desenvolvendo psicosexual.

Já o terceiro capítulo consiste na discussão sobre a estrutura Perversa e sua relação com a angústia de castração. O quarto discorre sobre a violência sexual intrafamiliar como desdobramento possível da demissão paterna. Finalmente o quinto apresenta a Campanha americana Unbreakable, retratando o impacto pessoal e social sofrido pelos abusados.

1 DA SITUAÇÃO - PROBLEMA

Permeado de segredos e não-ditos, o abuso sexual intrafamiliar a crianças e adolescentes (uma das formas de violência sexual) tem sido um tema de atenção social e governamental; no entanto, muitas vezes não é punido pelas autoridades judiciárias com o rigor pretendido, suscitando discussões quanto ao enfrentamento a este fenômeno e à eficácia do modelo penal tradicional pautado na queixa, denúncia, punição/absolvição.

Os principais diplomas normativos que defendem os Direitos da Pessoa Humana circunscritos à infância e adolescência são a Carta Magna de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, e a Convenção Sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), ratificado pelo Brasil em 1990. A discussão dos direitos assegurados a crianças e adolescentes partem desses eixos, que convocam assegurá-los como sujeitos de direitos e em fase de peculiar desenvolvimento, necessitados de cuidados especiais e proteção integral, tem avançado.

A posição do Judiciário tem sido repensar os modelos de enfrentamento à violência sexual, os preconceitos existentes do ponto de vista jurídico, social, policial e definir diversas ações penais e extra-penais como um conjunto de respostas capazes de lidar com o impacto sofrido pelo abusado - seja criança ou adolescente, que varia segundo o grau de conhecimento e intimidade entre abusado e abusador, os papéis de autoridade, de responsabilidade e de proteção desempenhado pelo ofensor, os sentimentos que os unem, o nível de violência física utilizada e suas consequências: gravidez, aborto, sequelas físicas e psicológicas graves e morte (FALEIROS; CAMPOS, 2000).

A posição do Governo tem sido de investir em campanhas educativas e preventivas quanto à violência sexual contra crianças e adolescentes e capacitar os profissionais do serviço de saúde para atender aos abusados, visando à excelência na prestação destes serviços de relevância pública, atuando assim em consonância com os instrumentos legais nacionais e internacionais.

Aliás, nas últimas décadas, políticas públicas têm sido traçadas para dar assistência à família criando mecanismos de coibir a violência no âmbito de suas relações e de assegurar o respeito, a dignidade e a promoção de desenvolvimento de crianças e adolescentes em sua dimensão física, mental, moral, sexual, espiritual e social (ECA, 1990). No entanto, é preciso integrar estas políticas e ações governamentais, identificar as necessidades dos abusados e as respostas institucionais mais adequadas à problemática da violência sexual, além de avaliar as metodologias de intervenção e o impacto dos programas desenvolvidos.

Sabe-se que muitos são os desafios para que as leis e os projetos se estendam ao cotidiano dos indivíduos, sobretudo nestes casos estas leis esbarram não só em entraves socioeconômicos, como também na dificuldade de muitas famílias, em especial de alguns membros do grupo familiar, em promover espaços saudáveis de convivência e desenvolvimento a todos, falhando no papel protetivo que lhes cabe. As estatísticas têm revelado isso: “Pesquisas apontam que mais de 90% das ocorrências de violência contra as crianças e os adolescentes são perpetradas no ambiente doméstico” (LIMA, 2009, p.39).

O abuso sexual intrafamiliar é definido como qualquer ato ou jogo sexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosexual adiantado em relação ao abusado para obtenção de satisfação sexual própria, com ou sem violência física ou contato físico, cuja marca é o não-consentimento da vítima e sua pouca condição de reagir ou contrapor-se a tal ato (AZEVEDO; GUERRA, 1989). É uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Destarte, envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração (ARAÚJO, 2002). É um mal social que envolve um segredo familiar, o que dificulta sua revelação.

Segundo Doutor Danilo Baltieri (2005, p. 19), coordenador do ambulatório de Transtornos da Sexualidade das disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina do ABC (ABSEx), a minoria dos casos de ofensa sexual contra crianças e adolescentes são cometidos por pedófilos. Ele afirma que a maioria destes autores de crimes sexuais contra criança está entre os não portadores do transtorno psiquiátrico conhecido como pedofilia. Ressalta-se que, de acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento - CID 10

(1993, p. 215), a Pedofilia é descrita como uma parafilia ou transtorno de preferência sexual (F.65.4) caracterizada por uma preferência sexual exclusiva por crianças usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade, raramente identificada em mulheres.

Baseado nos resultados de sua pesquisa de doutoramento, Doutor Danilo Baltieri expõe que o uso inadequado de álcool e de outras drogas, a sensação de posse e de poder sobre uma criança ou adolescente e problemas de personalidade podem colocar certos indivíduos em risco de cometer uma ofensa sexual contra crianças, mesmo não sendo portadores de distúrbio de pedofilia. Diante desta distinção (pedófilo *versus* ofensor sexual), faz-se mister refletir como estes sujeitos se articulam com a Lei, sua singularidade subjetiva, os desdobramentos em determinadas configurações familiares das citadas relações desiguais de poder e a subjetivação dos ofensores sexuais (não-pedófilos).

Com intuito de entender melhor a complexidade humana, instâncias judiciárias têm recebido valiosas colaborações da Psiquiatria, Psicologia e da Psicanálise, atuando com mais competência nos processos e julgamentos de crimes sexuais contra criança e adolescente, rechaçando a antiga concepção de que a maioria dos autores são pedófilos, sem muita possibilidade de intervenção nestes casos. Juízes e promotores têm-se preocupado com a revitimização, que se refere às incansáveis vezes em que a criança ou o adolescente precisa relatar a ofensa sexual ocorrida, como também à forma e às condições de realização desta escuta que contribuem para sua exposição, produzindo outra forma de violência.

A questão da revitimização é séria e fruto também do despreparo de muitos profissionais ao receber a denúncia, estejam eles a serviço de Conselhos Tutelares, Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, Instituição Policial, de Ensino e do Judiciário, quando da escuta do abusado. Não faltam evidências empíricas sobre o impacto disso na memória dos abusados. Importantes informações se enfraquecem e distorcem ao longo deste processo descuidado e repetitivo de escuta que provoca mais danos emocionais aos abusados.

Ademais se destaca o rigor dos ordenamentos legais quanto à importância da denúncia e minimização de danos; citando como exemplo, o ECA (1990, p. 15), que dispõe:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

No entanto, ainda é assustador para muitos profissionais (de saúde e educação) que lidam diretamente com as crianças e adolescentes atender este dispositivo legal, apesar de a maioria deles se sentir implicada no dever de assegurar a proteção integral ao abusado de violência. Os ordenamentos legais vigentes convocam a todos, sociedade, pais, governo, a promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, mas os desafios são muitos quando se trata de se posicionar perante a violência. O ECA (1990, p.12) dispõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Assim sendo, a responsabilidade do profissional que atua nestes casos é grande, porque, além de se pautar de acordo com as leis vigentes, é preciso estar capacitado a identificar necessidades específicas do abusado, proceder de modo efetivo e lidar com medos próprios quanto à violência e possível represália.

A Psicanálise, diante desta temática, tem se proposto a (re)pensar (junto com) o sujeito (ofensor) sua subjetivação, seu atravessamento nos aspectos da cultura (a transindividualidade) e a articulação de seu desejo com a função do simbólico (a palavra, a cultura, a lei); como também em relação ao abusado e sua família tem suscitado, a partir do discurso dos envolvidos, possibilidades futuras para além do desfecho jurídico.

Esta é a tarefa essencial do analista: auxiliar o analisando a escarafunchar sua ignorância: *O quem sou?* Saber mais de si é o cerne da proposta analítica, segundo Lacan. Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, a análise incide como

possível espaço de fala e escuta do inconsciente, causando implicações e responsabilizações com relação a ações realizadas. Desta escuta e fala, podem emergir elaborações quanto: a) às transgressões que a configuração familiar (não) suportou; b) à construção de projeto de vida de cada sujeito e c) às novas organizações psicodinâmicas. Diante da situação-problema apresentada, segue-se então ao próximo capítulo: da montagem do sujeito.

2 A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA HUMANA

Este capítulo se dedica a apresentar alguns conceitos fundamentais de Freud e Lacan sobre a constituição da subjetividade humana. É sabido que o bebê humano necessita da relação com outro, à qual dirige enorme apelo para sobreviver. Aliás, por meio da relação primeira entre mãe-bebê (ou qualquer sujeito que exerça a maternagem), este escapa de sua condição de desamparo inicial, em razão da imaturidade neurológica.

No entanto, tão fundamental quanto esta primeira relação estabelecida com a mãe é a relação estabelecida na chegada de um terceiro, no caso o pai (ou quem exerça a função paterna), pois assim o bebê humano poderá atravessar a relação fusionada com a mãe e ingressar numa socialização introduzida pelo pai (pela função paterna). Dos conflitos que permeiam a subjetivação humana em cada momento tanto na díade quanto na tríade relacional, estes autores se dedicaram a estudar, apontando a sexualidade como eixo inaugural da constituição psíquica, de modo a traçar a questão da subjetividade humana, foco geral deste trabalho.

Freud (1905/1996), em *Três Ensaios sobre a Sexualidade*, tratou da constituição psíquica humana, asseverando que a amnésia dos primeiros anos de vida se deve à ação do recalque em razão de componentes da sexualidade no desenvolvimento psíquico desde a tenra infância. Destacou o desenvolvimento psicosexual infantil marcado por pulsões que se fundam no corpo, no somático, que logo se descolam dele, propondo que o corpo infantil parte de necessidade/alimento/fome para a experiência de prazer, de satisfação/excitação infantil, uma típica manifestação sexual.

Nestes *Três Ensaios*, Freud (1905/1996, p. 205) conceituou a Libido como:

Força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual. Diferenciamos essa libido, no tocante a sua origem particular, da sua energia que se supõe subjacente aos processos anímicos em geral, e assim lhe conferimos também um caráter qualitativo.

Referiu-se, deste modo, a dois motores humanos: à pulsão sexual e à pulsão do ego como constituintes da psique (representantes psíquicos de uma fonte interna

que buscam satisfação), sendo o homem regulado por processos primários e secundários: este que visa adiar a satisfação e aquele busca realização imediata. Destacou diversas manifestações de componente sexual no desenvolvimento infantil, por exemplo, no ato de sugar o leite, por meio do qual o bebê recebe o alimento, supre sua necessidade fisiológica, descarrega a tensão do seu aparelho psíquico, mas também se compraz da excitação/prazer da boca, da sucção e da interação mãe-bebê. Este gozo, esta satisfação de ser nutrido desloca-se do orgânico e gera uma ânsia de reviver a sensação de prazer. Zalberg (2007, p.13) recobra Freud:

Freud faz, então, uma análise do primeiro ato sexual, que é chupar o dedo e qualifica aí a pulsão oral. Ele sustenta que no ato de chupar o dedo estão presentes todos os componentes da sexualidade. Há a fantasia, na qual esse dedo substitui o seio da mãe; há também a busca do prazer pelo prazer, já que daquele dedo não sai leite; há o caráter auto-erótico porque o dedo está presente a qualquer momento não depende de um 'outro'.

Portanto, a sexualidade infantil (o sustentáculo da adulta) na Psicanálise está além da relação sexual. É fundada por uma dinâmica pulsional e remete a três características: a) existência de pulsões parciais, cujo alvo está sob domínio em cada momento de determinada zona erógena (partes do corpo sensíveis a certos tipos de estimulação); b) ser auto-erótica (não conhecer objeto sexual para satisfação, assim a criança explora seu corpo e a si mesma para obtenção de prazer); c) ser polimorfa perversa (satisfazendo-se de diferentes formas).

Freud (1905/1996, p.180) acrescentou:

Devemos admitir que também a vida sexual infantil, apesar da dominação preponderante das zonas erógenas, exhibe componentes que desde o início envolvem outras pessoas como objetos sexuais. Dessa natureza são as pulsões do prazer de olhar e de exhibir, bem como a de crueldade, que aparecem com certa independência das zonas erógenas e só mais tarde entram em relações estreitas com a vida genital, mas que já na infância se fazem notar como aspirações autônomas, inicialmente separadas da atividade sexual erógena.

A economia do desejo dá-se no atravessamento das fases psicosssexuais, a saber: a oral, a anal e a fase genital, que farão marcas de gratificação no aparelho psíquico. Nesta última, em geral próxima dos 5 anos, a criança se assenta sobre o

primado genital, dirigindo-se a partir daí a um objeto externo, ao outro, à reprodução. Usou a tragédia de Sofócles Édipo-Rei como metáfora para tratar do romance familiar estabelecido em cada família, cujos envolvidos são: a mãe, o bebê e o pai. Por meio deste mito, evidenciou o amor/o investimento libidinal que ambos, mãe e bebê, fazem um no outro, como também o desejo incestuoso inconsciente da criança pela mãe e o laço de captura que a mãe pode estabelecer com o bebê, para satisfazer seus anseios e angústias, tornando-o seu objeto.

Freud deslindou a amarração da sexualidade infantil na passagem do Complexo de Édipo e da angústia de Castração, por meio dos quais a organização e a identidade sexual de adulto se configuram. No Édipo, o pai é a figura com a qual a criança rivaliza, em razão do desejo pela mãe, ficando às voltas com o interdito do incesto. O pai introduz um interdito ao gozo da criança, de maneira que ela possa se inserir num outro registro para a mãe (de não assujeitamento e captura pelo seu desejo), o que lhe permitirá mais tarde escolher outros objetos amorosos, que não os parentais.

A castração é um organizador simbólico das pulsões. Por meio da angústia de castração, a diferença em os sexos é colocada em órbita para as crianças (daí a significância desta vivência) e tão logo elas reconhecem que a mãe e as meninas não têm falo. No caso das meninas, Freud aludia tratar-se de inveja ao pênis, visto que as meninas se sentem imaginariamente castradas, não se tratando assim de medo de castração. Emerge deste reconhecimento uma representação psíquica para a diferença de sexos, que, na verdade, põe em órbita a incompletude materna e a falta constituinte em qualquer sujeito. Zalberg expõe (2007, p.13):

O inconsciente desconhece a biologia na medida em que nada nele dá conta da diferença dos sexos: um sexo não é o reverso do outro. Pelo contrário, o inconsciente só conhece um significante do sexo, o falo, e este é masculino. É com este significante que tanto homens quanto mulheres contam para lidar com a sexualidade no inconsciente e evidentemente, de forma diferente.

Provocado por muitas feministas, Zalberg expõe que Freud avançou em suas teorizações quando saiu da lógica “ter ou não ter pênis” e abordou nova consideração, qual seja: a dos que são castrados (as mulheres) e os que não o são

(os homens), o que remete ao conceito de fantasia na constituição psíquica humana e ao papel da função simbólica e imaginária, sustentando melhor a tão complexa passagem do Complexo de Édipo, que impõe uma castração. Zalberg (2007, p.25) acrescenta: “A teoria da castração introduz uma passagem da primazia do órgão imaginário (o pênis) [...] para uma primazia de elemento simbólico (o falo) que distingue os seres humanos em outro nível.”

Freud (1913/1996) , ainda debruçado sobre a inter-relação entre castração e desejo (objeto do presente trabalho), propôs-se estudar antropologia, cujo resultado foi a construção de seu valioso texto Totem e Tabu (1913). Observou que as sociedades primitivas se organizaram a partir de totens, isto é, um animal, uma imagem ou vegetal com os quais criaram relações, rituais e tabus. Freud(1913/1996, p.23) deparou-se a com seguinte conclusão:

Em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra seu casamento. Trata-se então da ‘exogamia,’ uma instituição relacionada ao totemismo.

Desta forma, concluiu que o tabu (a proibição severa) criado às gerações posteriores quanto a estes impedimentos supracitados é, a priori verdadeiramente, calcado em material inconsciente e à custa de violência foi transmitido às demais gerações. Freud (1913/1996, p. 48 - 49) argumentou :

Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais haveria forte inclinação [...] mas uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa [...] em seu inconsciente nada mais gostassem de fazer do que violá-los, mas temem fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e medo é mais forte que o desejo.

O tabu foi a legislação do Homem Primitivo, criando obrigações e respeito. Partindo destes estudos antropológicos, Freud enfatizou a existência de um medo irresistível no tabu e apontou a subjacência de desejos inconscientes ocultos em toda interdição, o que lhe gerou a associação de tabu à neurose (à qual também se vê às voltas com a proibição de seus desejos incestuosos, deslocando-os a outros objetos, para burlar a proibição e conseguir satisfação). A marca do tabu é, assim,

esta ambivalência afetiva entre o desejo e sua transgressão, exposta por Freud (1913/1996, p.129):

A lei apenas proíbe os homens de fazer aquilo a que seus instintos os inclinam; o que a própria natureza proíbe e pune seria supérfluo para a lei proibir e punir. Por conseguinte, podemos sempre com segurança pressupor que os crimes proibidos pela lei são crimes que muitos homens têm propensão natural a cometer.

A ênfase dada à não-aversão natural ou inata do desejo incestuoso é uma das riquezas de Totem e Tabu, o que existe é o desejo mesmo e a repressão a ele; seja em nível inconsciente, feito pelo neurótico; seja no consciente, pelos ordenamentos sociais ou legais. O efeito da proibição não é, portanto, a anulação do desejo; e sim a tensão e a pressão exercidas no inconsciente recalçado.

Na investigação dos totens e tabus, interessou-se pelo trabalho de Darwin e Aktinson. Estes teorizaram que o homem primitivo vivia em hordas ou grupos pequenos e, em razão dos ciúmes do macho mais velho, os mais novos eram expulsos, impedindo um incesto grupal, forçando-os a exogamia e a um zelo contra a endogamia na família que formavam. Ampliando esta explicação e baseando-se na hipótese da refeição totêmica apresentada por Robertson Smith, crítico da Bíblia e arqueólogo, Freud propôs um mito que incluía estes conceitos e explicava a inter-relação entre lei e desejo.

A Psicanálise correlacionou o animal totêmico com um substituto do pai, em razão do complexo de emoções em jogo nesta relação animal-matança-festa e pai-matança-festa (matar algo sagrado com hostilidade e prazer, empoderar-se, ter acesso a um gozo e ficar às voltas com uma absolvição). Na horda primeva proposta por Darwin, Freud recuperou a imagem do pai ciumento e violento, impondo restrição sexual dos machos às mulheres de sua horda, dispondo ele próprio de todas, num gozo sem fim, despertando tanto ódio quanto admiração dos filhos.

Assim, remontando a cena da refeição totêmica sacrificial, criou um mito no qual os filhos em motim sacrificaram o pai no mesmo molde do ritual do totemismo, dada à revolta e indignação da proibição de acesso às fêmeas e ao poder. Esta ruptura da submissão ao macho mais velho (“o pai”) se selou pela força do grupo e,

como na refeição totêmica, ao provarem deste pai, ao comerem-no, comungaram de seu corpo, identificando-se com ele. No totemismo, a refeição sacrificial era a máxima da consanguinidade e da atribuição dos poderes divinos do totem aos membros do clã. Freud (1913/1996, p. 141) acentuava neste momento a dependência mútua entre todos e seu totem, conforme exposto no trecho:

O próprio animal totêmico fora sagrado e sua vida intocável, só podia ser morto se todos os membros do clã participassem da culpa na presença do deus de maneira que a substância sagrada pudesse ser produzida e consumida pelos membros do clã, garantindo assim identidade uns com os outros e com a divindade. O sacrifício constituía um sacramento e o próprio animal sacrificado era membro do clã [...]o próprio deus primitivo, através de cuja morte e consumo os integrantes do clã renovavam e asseguravam sua semelhança com ele.

Neste mito criado pelo autor, o implícito na cena da matança ao pai é o acesso de todos às mulheres, desejo comum do grupo, expondo-os a mais disputa e violência. No entanto, o suposto paraíso (ausência deste macho mais velho impositor, cruel) desmontou-se. Quem assumiria o lugar deste pai morto? O inesperado (a culpa) surgiu para este grupo-rebelião: o vivo é ainda mais pranteado quando morto. Como no totem “um sentimento de culpa surgiu, o qual coincidia com o remorso sentido por todo o grupo (FREUD, 1913, p.146).” O interessante deste mito foi seu alcance quanto às questões edípicas, posto que também abarcou aspectos da moralidade e seus efeitos inconscientes e entreviu um acordo social, o qual remonta ao simbólico, fundante da subjetividade humana. Assim, para Freud (1913/1996, p.147):

De acordo com o procedimento psicológico que nos é tão familiar nas psicanálises, sob o nome de obediência adiada. Anularam seu próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai, e renunciaram aos seus frutos, abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham de ser libertas.

O autor selou suas postulações acrescentando: “isto produziria o que se tornou uma lei consciente: nenhuma relação sexual entre os que partilham de um lar comum.” (FREUD, 1913/1996, p.131). Esta é a inter-relação entre desejo e lei, a lei enseja a não-destruição do convívio social. Imprimindo limites à sexualidade, insere o sujeito no reconhecimento de sua castração simbólica, na alteridade (o outro como

sujeito de desejo, não só como objeto de desejo) e na responsabilidade que dela deriva. O pai morto (representado no totem), organizado simbolicamente, tem função essencial de interditar o desejo, este é o legado deixado pelo texto intitulado Totem e Tabu.

Dos textos tratados até então, têm-se os pilares essenciais da sexualidade infantil na teoria freudiana. O Complexo de Édipo e a vivência da Castração estruturam o desejo humano, o qual esbarra inevitavelmente numa interdição: não é possível gozar sem limites (sem um alto custo), nem o Homem Primitivo nem o Contemporâneo, apenas o pai primevo se inscreveu nisso.

Para dar mais contorno aos capítulos seguintes, é necessário antes aprofundar antes em alguns conceitos lacanianos quanto à subjetividade humana, como subsídios para responder a indagação motivadora deste trabalho. Segue, então, a contribuição de Lacan sobre a montagem do sujeito.

Lacan retomou a questão dos sonhos, chistes, atos falhos, sintomas para apontar a descontinuidade (o furo) que emerge no discurso consciente e demonstrar como o sujeito da consciência é ultrapassado pelo desconhecido, que lhe governa, o qual certamente não é a razão, encerrando a questão na máxima penso onde não sou e sou onde não penso. (LACAN, 1954-1955).

Famoso por tecer suas considerações sobre a diferença entre o sujeito da consciência e o Je (sujeito do inconsciente), explicara que a lógica egóica é diferente da inconsciente, “o sujeito está descentrado com relação ao indivíduo. É que [Eu] é um outro que quer dizer (LACAN, 1954-1955, p.16)”. O sujeito do inconsciente emergirá encoberto pelo discurso racional. No Seminário 11, Lacan (1964, p. 40) destitui a visão cartesiana de Homem governado pelo cogito, pela consciência e ressaltou seu desprendimento da visão de Descartes quando disse:

Descartes inaugura uma certeza no eu penso da cogitação, seu erro é crer que isto é um saber [...] não sabia, a não ser que fosse o sujeito de uma certeza e rejeição a todo saber anterior- mas nós, nós sabemos, graças a Freud, que o sujeito do inconsciente se manifesta, que isso pensa antes de entrar na certeza.

Segundo Lacan, o sujeito faz da linguagem o próprio funcionamento do inconsciente. O inconsciente é um saber falado a partir da estrutura da linguagem, o

que privilegia a função do significante. Buscou na linguística de Saussure a base do que denominou linguística, para expor tudo que se refere à fundação do sujeito. Lacan, em sua linguística, assevera que o sujeito é estruturado pela linguagem desprendendo a palavra (imagem acústica, ou seja, o significante) do seu significado. Portanto, o significante remete não a uma cadeia de significados, como exortava Saussure; mas, sim, a outros significantes, sendo o sujeito estruturado por esta cadeia e encoberto por ela. Por exemplo, o significante-mãe remete há outros significantes e cada sujeito se vê às voltas com a construção de significação para seu significante-mãe, traçando uma cadeia particular.

O referido autor afirmava que o homem é imerso no simbólico mesmo antes de nascer. A cultura atravessa o sujeito: a mãe (ou quem exerça esta função) vai preenchendo o bebê de significantes, emprestando-lhe seus significantes à criança. No início da vida, a criança repete os significantes que lhe são colocados na relação com o outro (o - pequeno outro e O - Grande Outro), estruturando seu inconsciente no campo da intersubjetividade. Nasio (1993, p. 23) acrescenta:

O inconsciente é a trama tecida pelo trabalho da repetição significante, ou, mais exatamente, o inconsciente é uma cadeia virtual de acontecimentos ou 'dizeres' que sabe atualizar-se num 'dito' oportuno, que o sujeito diz sem saber o que está dizendo.

No entanto, posteriormente, quando a criança se separa desta alienação com o outro, o ato de falar a coloca diante do seu desejo e da sua linguagem, antes alienada à fala e ao desejo do outro/mãe. O papel do simbólico tem este valor ímpar: possibilitar a construção do sujeito autônomo, que porta seu pensar e, claro, seu desejo. O sujeito insere-se na linguagem primeiramente por meio da alienação com o outro e estrutura-se a partir de uma perda. Sua constituição psíquica é derivada dos efeitos de conteúdos inconscientes no atravessamento de estado de desamparo inicial ao reconhecimento da alteridade, articulando o imaginário, o simbólico e o real. O simbólico organiza o sujeito, ele que ordenará o Real e o Imaginário. É no campo do simbólico que se constroem as significações.

Desta forma, o efeito do significante e da falta que ele engendra é a busca no Outro (quer sejam pessoas, imagens ou objetos) de uma sensação de completude, de unidade. No entanto, a partir da alteridade e da separação, se introduz o sujeito

do inconsciente. O sujeito marcado pelo desejo incestuoso quando inscrito no simbólico fica às voltas com a memória de um gozo perdido, com um rompimento da relação narcísica com a mãe, inaugurando o processo de repetição, algo típico do movimento inconsciente.

Debruçado na questão da constituição psíquica, no Seminário 2, Lacan interrogou-se sobre a formação do Eu questionando a consciência de si: “o eu não é [eu], mas isso também não é um erro (LACAN, 1954-1955, p. 14).” E conclui pela importância da imagem do corpo na formação do eu, não o corpo biológico, e sim o pulsional. Indicou que o bebê humano, apesar de sua imaturidade neurológica, consegue atribuir valor às suas experiências, sentindo prazer/desprazer (o motor da sexualidade humana, visto em Freud) e, na medida em que estas vivências vão marcando-o, seu corpo ganha status pulsional, passa a ser habitado pela libido.

Destacou o Estádio do Espelho, conceito postulado em 1936, referindo-se à idade dos 6 aos 18 meses de idade, como momento significativo do desenvolvimento psíquico. Por meio da relação especular consigo, o bebê identifica-se com uma imagem toda (apesar de sentir-se fragmentado e vivenciar pulsões parciais), produzindo-lhe uma matriz simbólica, a qual é um engodo, uma imagem virtual, sob esta imagem o Eu se constitui.

Expôs que o adulto se remete a este esquema imaginário e faz dele seu alicerce para toda a vida, embora esta imagem possa incorporar outros traços ao longo da sua existência. A cada olhar do outro sobre ele, o sujeito se referirá a este esquema, da forma como o fez na infância, qual seja, a partir de uma síntese entre o olhar de fora idealizado e sua vivência, buscando uma completude. Salientou que o bebê imaturo consegue reconhecer-se pegando emprestado o olhar e os significantes maternos, mesmo que experimente o sem sentido, ainda não simbolizado, que é o Real. Zalberg (2007, p. 35) contribui no entendimento deste conceito nesta afirmação: “é a matriz imaginária do eu a partir da qual cada um construirá seu mundo uma vez que introduzida na linguagem.”

2.1 A função do simbólico e do imaginário na montagem do sujeito

Este subcapítulo trata especificamente da função do imaginário e simbólico, seus entrelaçamentos. O foco incide neste momento histórico supracitado: o Estádio do Espelho, cujo fim esbarra no ingresso do Complexo de Édipo. Por meio dele, especialmente Lacan sustentou a teoria do Imaginário, interpretando que, quando o bebê assume esta imagem e identifica-se com ela, há uma mudança subjetiva em si mesmo ao lidar com a questão “a imagem é e não é ele”.

O imaginário é ponto de reconhecimento de alteridade e de interpretação da realidade, Lacan inclusive teorizou a paranóia originária no Eu (o ciúmes original), como dizia Freud, a criança fica às voltas com a visão de sua própria imagem no corpo do semelhante, daí a rivalidade, o ciúmes. Segundo o autor, a subjetividade humana se funda nesta alienação que o bebê faz na imagem do espelho: o sujeito se aliena na imagem semelhante (ideal de eu). O Eu depende da imagem especular, isto é, **do outro especular** para se constituir, ver-se todo (embora esteja fragmentando pelas pulsões). Lacan (1949, p. 100) afirma:

O Estádio do Espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental.

Por meio deste pequeno outro do espelho (denominado ‘o’) com o qual se identifica, **cria-se a base identitária do sujeito**. Daí a sua frase o eu é um outro que quer dizer. O sujeito representará esta imagem por meio de significantes, que lhe configurará presença no mundo e acesso ao simbólico. Assim, Lacan situou a importância do simbólico na constituição do Eu: a imagem corporal toda dará à criança uma identidade e possibilitará, posteriormente, o ingresso no Édipo, compreendendo o estádio do espelho como uma identificação, que produz uma transformação no sujeito quando ele assume uma imagem (Lacan, 1954-1955). O estádio do espelho destaca-se na **montagem do sujeito porque o põe em relação com o mundo simbólico e também provoca imersão na linguagem**.

O olhar deste autor para os eixos imaginários e simbólicos na configuração da psique humana enriquecem sobremaneira a teoria freudiana. Para ele, o bebê humano se articula com o simbólico e o imaginário durante seu desenvolvimento pulsional e essencialmente partindo desta articulação vivenciará a diferença dos sexos, quando da passagem pelo Complexo de Édipo. Zalberg (2007, p.27) assevera:

Freud prenuncia o que a psicanálise, principalmente a lacaniana, desenvolverá em seguida: que nenhum ser humano escapa a lógica fálica. Aqui é que se pode nuançar a diferença entre a imagem do pênis – algo que o corpo pode ter ou não ter – e o símbolo do falo, que serve para representar o desejo e a dimensão humana da carência, isto é, do que falta a cada ser. O falo é, pois, um símbolo de desejo, daquilo que nunca alcançamos e daquilo a que temos que renunciar para nos tornarmos homens e mulheres. É como significante do desejo que o falo funciona no inconsciente e na análise.

Logo, o falo é tido como o operador simbólico da falta. A castração (a lei introduzida pelo pai) reorganiza a psique humana, pela modificação provocada na relação com o outro, sobretudo numa direção de perda de gozo e no endereçamento a ser desejante. Há autores que, inclusive, falam de vivência de ‘castração’ anteriores, por exemplo, a do umbigo - com a mãe; a do desmame – fase oral-, e a dos Nãos – na fase anal. **O pai representa a lei**, castra o objeto imaginário (o falo imaginário) e põe em jogo o falo simbólico, símbolo da falta do objeto, o cerne da questão subjetiva humana e da clínica analítica. Assim sendo, o sujeito do inconsciente (o ser da fala) constituiu-se como falta-a-ser, este é o sujeito barrado exposto por Lacan.

2.2 A criança: sua satisfação e a mediatização de seu gozo

Este subcapítulo trata da importância da mediatização do gozo da criança freudiana, visto que ela se organiza de acordo com quem a introduz no simbólico. Como já exposto, a Psicanálise anunciou uma criança distante de conceitos como fragilidade e inocência, inclusive trouxe à baila a complexidade do seu mundo psíquico em formação. Tendo em vista o corpo pulsional da criança, esta pretenderá

satisfação. Então o que retira a criança da satisfação pulsional de seu narcisismo, de sua identificação fálica e estrutura seu desejo?

Para responder a pergunta supracitada, é importante retomar a questão da captura da própria imagem como um traço que constitui a subjetividade humana. No entanto, falta uma digressão a Freud (1914/1996) quando se apropriou do mito de Narciso, de modo que haja aprofundamento em outros conceitos assaz importantes quanto à economia do desejo, qual seja, o de narcisismo infantil, de Eu e Supereu. Reza a Mitologia Grega que Narciso tinha singular beleza; no entanto foi advertido por Tirésias, um adivinho, que poderia ter vida longa desde que não contemplasse sua beleza. Acaso ou destino, Narciso, viu-se certa vez refletido nas águas de um lago, apaixonou-se tanto pela sua imagem, que deixou, até mesmo, de alimentar-se. Consumido por si mesmo e sua beleza, morreu afogado nas águas do lago.

Freud observava que o bebê humano, nos primeiros anos de vida, se compraz de satisfação por meio das pulsões sexuais parciais, sem muita organização, remetido a um auto-erotismo, conforme já exposto anteriormente. No entanto, retomando o mito de Narciso, inferiu que, ao ser capturado pela imagem de si mesmo, Narciso fez um investimento libidinal direcionado a si, não mais aos objetos. Deste ponto, Freud teceu considerações sobre o Eu, instância psíquica que se desenvolvia como um negociador das pulsões sexuais e de autopreservação, que ora ou outra se conflitam, em busca de um equilíbrio, ainda que frágil, entre o princípio do prazer e da realidade, sendo o Eu um regulador da vida psíquica.

O Eu (moi) deriva da “carne” (o corpo), ligado à imagem corporal. Constitui-se aos poucos, precisamente após a experiência da imagem especular, a partir da qual o bebê reconhece a si numa unidade corporal antecipada e obtém gozo com o revestimento de beleza/completude/totalidade que o olhar parental lhe imputa. Está mergulhado também neste Eu ideal, na imagem idealizada, nesta captura pelo Outro. Isso aponta para possíveis complicações, porque muitas vezes os pais tamponam suas feridas narcísicas com os filhos, dificultando a construção da alteridade e até da diferença dos sexos, impondo barreiras ao desenvolvimento psicosexual.

Freud, em *Sobre o narcisismo: uma contribuição*, concebeu o narcisismo como o processo organizador do investimento da libido sexual, marcado em dois tempos: no primeiro em que a criança investe toda a libido em si mesma, no Eu, tal qual Narciso o fez; e no segundo em que a direciona a outros objetos, mesmo que a meta seja buscar no exterior algo da ordem de uma identificação com a imagem/traço de si mesmo. O primeiro momento refere-se ao tempo em que bebê vive identificado com a mãe, com a sua fusão de si com ela, posto que em seu imaginário trata-se de uma unidade. Somente com a Castração, uma quebra narcísica se instaura, a imagem fálica da mãe-bebê é abalada, e o investimento narcísico pode reportar-se a outro objeto. Freud (1914, p.106) considerou:

O desenvolvimento do ego consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Este afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal de ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização deste ideal.

Como herdeiro desta vivência e do Édipo, constitui-se o SuperEu: instância psíquica relacionada com a cultura, reguladora do comportamento e da moral do sujeito, Freud (1933/1996, p. 72):

O supereu da criança não se forma à imagem dos pais, mas sim à imagem do supereu deles; abriga o mesmo conteúdo, torna-se o representante da tradição, de todos os juízos de valor que subsistem através das gerações. É fácil adivinhar a importância de tomar o supereu em conta para a compreensão do comportamento social da humanidade.

O gozo da criança será mediatizado, isto é, regulado pelo Outro: a passagem individual pelo complexo de Édipo pressupõe reviver o mito da horda primitiva, postulado em Totem e Tabu, e a inscrição no laço social. Isso lhe dará a sua condição de sujeito desejante. No entanto, se o imaginário prevalecer sobre o simbólico, sendo um obstáculo ao simbólico, à simbolização, o impacto se dará na estrutura do sujeito, o qual estará às voltas com esta falha estrutural, com uma sexualidade infantil, parcial, com uma relação especular destrutiva.

Enfim, estes apontamentos de Freud sobre o narcisismo, sobre o Eu e especialmente do Supereu (representante da cultura e da moral) norteiam, juntamente com o apontado neste segundo capítulo, alguns entendimentos para a

questão da perversão, mote do próximo capítulo, em que se discutirá a estrutura clínica perversa e sua relação com conceitos até então apresentados neste trabalho.

3 A CASTRAÇÃO E A PERVERSÃO

Após esta pequena revisão de conceitos essenciais sobre a montagem do sujeito do ponto de vista psicanalítico, neste capítulo será tratada a perversão. Esta palavra abarcou preconceitos e a noção de desvio por muito tempo, definida pela Medicina, cujo ranço é muita impregnação moral e social neste constructo. A teoria freudiana foi conceituando esta estrutura clínica em diferentes momentos, contrapondo-a ao imaginário social régulo.

Primeiramente citada nos Três Ensaio sobre a Sexualidade, na máxima “*a neurose é, por assim dizer, o negativo da Perversão*” (FREUD, 1905/1996, p.157), Freud seguiu um percurso teórico que culminou na relação da perversão com o Complexo de Édipo em 1919, situando a problemática da Perversão na dor de lidar com a castração (simbólica). Destacou que o perverso denega a castração, como se a lei, mesmo estando ali, não estivesse, oferecendo-se como objeto de desejo da mãe (como se o bebê/sujeito pudesse preencher este lugar de desejo de sua mãe), mantendo a imagem da mãe fálica, pautado numa outra Lei para si.

Assinalou que o fetichismo, sadismo, masoquismo, voyerismo e o exibicionismo pertencem tanto às relações tidas normais quanto à perversão. Destacou a rigidez e a fixação, seja de um objeto ou de um alvo sexual, para obter prazer, como marcas essenciais da Perversão, lançando um olhar de fragilidade, não de imoralidade a esta estrutura, visto a rigidez psíquica na obtenção de prazer, já que há uma pluralidade de objetos e de alvos sexuais a partir dos quais a criança/o sujeito pode obter satisfação.

A perversão, então, pressupõe, a vivência de uma sexualidade polimorfa perversa, ou seja, a um estágio anterior a um eixo organizador delas (o primado genital). Trata-se de uma estrutura clínica em que há uma perturbação na identificação da criança na lógica edípica: ser o falo e ter o falo, a qual reporta o investimento no gozo anterior à instauração do tabu do incesto. O perverso tal qual o pai primevo se compraz de gozar com todas as mulheres, para o qual não enseja uma lei que o castre.

Conforme Cardoso (2008, p. 5) expõe:

A relação do perverso com a lei, a proibição e a função paterna aparece como determinante estrutural, como se houvesse um dever de transgredir a norma sem cessar, substituindo-a pela lei do seu desejo. Tanto a diferença dos sexos quanto a proibição do incesto, à qual o perverso não consegue associar à Lei, seriam desmentidas por ele. Na contramão da norma, da 'Lei do pai.' Contudo, ao se opor à Lei, negar a castração, o perverso acaba por se fixar a outra Lei, por sua vez, identificando-se ao 'pai primevo'.

A denegação (verleugnung) da realidade e da lei instaurada pelo Nome do Pai é própria do registro do perverso. O sujeito fica precariamente às voltas com a dimensão simbólica representada pelo pai (a função paterna), havendo recusa inclusive em abrir mão do gozo sentido ao se identificar como o objeto do desejo materno. Ceccarelli e Santos (2009, p. 320) discutem a perversão de modo assaz interessante:

A imagem fálica essencial para a compreensão e estruturação da identidade psicosssexual é procurada compulsivamente no exterior. Esta busca insistente atesta a gravidade da falha simbólica. Este destino edípico seria tanto uma resposta aos problemas de identidade e de alteridade quanto uma forma de evitar a angústia de castração, além de constituir uma maneira privilegiada de dar vazão às pulsões pré-genitais. Tudo isso pode gerar uma imagem frágil e prejudicada do corpo como um todo, o que deixa uma marca amalgamada à identidade de gênero e ao papel sexual.

Lacan (1957-1958, p. 474) também postulou a importância do Pai no desfecho da estruturação subjetiva:

Assim é que eu lhes disse que o Pai nunca é apenas um pai, mas, antes, o pai morto, o pai como portador de um significante, significante em segundo grau, que autoriza e fundamenta todo o sistema dos significantes, e que faz com que o primeiro Outro, isto é, o primeiro sujeito a quem o indivíduo falante se dirige, seja, ele mesmo, simbolizado.

Em uma afirmação sagaz, Zalberg (2007, p.43) elucida o enredo da perda da função paterna:

Uma das funções simbólicas do pai é a de unir um desejo à Lei que é a imposição de uma separação com a mãe [...] quando não o é, encontra-se a versão do pai que não transmite a Lei, mas que, pelo contrário, se confunde com ela e, por isso, é incapaz de aportar alguma significação para existência da criança. Há então uma falha na transmissão simbólica.

Nesta estrutura clínica, observa-se a crise de identidade que o sujeito perverso experimenta diante da castração simbólica (de não aceitar a si e a mãe castrados simbolicamente, claro que não se trata do pênis real, mas do falo símbolo da falta e,

portanto, do desejo). Vê-se assim o tamanho de sua projeção narcísica, do gozo sentido, de estar identificado como o falo para a mãe, com o objeto causa de desejo.

Ademais esta estrutura clínica remete ao Supereu, que é a instância psíquica que afilia o sujeito à cultura e à consciência moral. Em Freud (1933/1996, p.72) “atribuímos-lhe as funções de auto-crítica, de consciência e de {manter} o ideal.” O Supereu emerge ligado às imagens mais primitivas dos pais, perpetua a interdição ao incesto, além de transferir ao sujeito regras e proibições. Põe-se no lugar de um observador do sujeito, imprimindo-lhe até julgamentos morais. Em razão da identificação com os pais, nele está contido o ideal de eu, que trata dos dizeres e exigências parentais sobre o bebê, a criança. A complexidade das funções do Supereu eleva seu papel como aculturador do sujeito “quando levamos em conta o Supereu, estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade.” (FREUD, 1933/1996, p. 72), cuja moralidade se circunscreverá de acordo com valores paternos; no entanto Freud advertiu que esta moral pode, por razões diversas, não se inscrever.

Segundo ele, o Supereu emerge como herdeiro do Édipo. Não se trata de recalque, e sim um arcabouço de identificações parentais, isto é, introjeções de aspectos dos pais em razão do amor a eles. Apontou “uma criança deve, renunciar às intensas catexias objetais que depositou em seus pais, e é em compensação por esta perda de objetos que existe uma intensificação tão grande da identificação com seus pais” (FREUD, 1933/1996, p. 69).

Portanto, há uma dinâmica aí: se o Supereu estiver dessexualizado, ele se articula com a moral; no entanto, quando se vê às voltas com uma regressão sexualizada das pulsões, pode imprimir tamanha crueldade ao Eu (moi), que o exporá a uma compulsão à satisfação de seu conteúdo pulsional regredido. Assim o Eu estará sob jugo do Supereu, submetido a um dever de gozo, cujo desfecho é uma satisfação masoquista do Eu, ao mesmo tempo sádica para o Supereu. Daí o gozo de desprazer, de sofrimento do sujeito e sua desvinculação da moral certas vezes, porque está sob uma obediência cega aos imperativos do Supereu, o qual se satisfaz com isso. Trata-se para o Eu de pura compulsão à repetição, sem instância

crítica, deixando contribuições para o caso do Perverso, que expõe a si mesmo a este gozo masoquista.

No entanto, Lacan avançou bem mais nesta relação do Supereu e Perversão, referindo-o à questão da angústia de castração, destrinchando possibilidades para o Supereu: a) uma em que impõe um dever (ser objeto do gozo do outro) e retém nisso seu prazer, porque nega a castração, desafiando o Édipo e b) outra em que como herdeiro do Édipo fica inscrita a metáfora do Nome do Pai, de modo que o sujeito obtém limite para seu gozo (ou seja, Supereu na função de proibição e regulação do desejo).

Cardoso (2008, p. 5) expõe um pouco mais sobre o universo econômico do perverso:

O perverso seria o devoto, entrega-se voluntariamente ao rebaixamento, ao declínio, à dor, às experiências escusas, licenciosas ou lúbricas, como um meio. Esse é o legado que o casal primevo deixa a todos os filhos errantes, para os quais o destino é feito à medida de seu Gozo. O perverso é, portanto, aquele que vive sob “o signo de Caim”, potencialmente inflado pelo vigor das pulsões que não foram recalçadas, de não ser submetido à Lei asseverada pela onipotência do Outro.

Destaca-se a ênfase de Lacan à encenação e ao jogo que o perverso necessita fazer em razão da angústia de castração, de seu horror a ela, de sua identificação imaginária com o falo da mãe. Retomou ao legado de Freud quanto a um Supereu bem sexualizado no perverso, quanto ao papel do fetiche como um substituto imaginário do falo na mãe e quanto à cisão do ego no perverso. Assim numa parte há o desmentido da castração da mãe e na outra há o reconhecimento da diferença entre os sexos, posições contraditórias e presentes, não conflituosas e independentes, construções de sua defesa fortíssima perante a angústia de castração, que o põem em desmentidos, em transgressões, em jogos ambivalentes, em relações em que ele dirige as cenas, dá os comandos, sendo um sedutor e ao mesmo tempo um terrível controlador do comportamento alheio.

Chasseguet-Smirgel (1991, pp. 108,109) enfatiza a estética do perverso e aproxima narcisismo e perversão, retomando a Freud, de modo a lembrar o mecanismo de recalque parcial, em que o representante pulsional fica parte recalçado e parte idealizado, tal como no fetiche, asseverando ser este um

componente essencial da perversão: a idealização. A Perversão consiste em não abrir mão do gozo fusional com a mãe, desta unidade narcísica. A autora traça significantes considerações (1991, p.113):

Se, como pensamos, o desejo de incesto está apoiado nas motivações narcísicas, com o reencontro do tempo em que o ego e não-ego estavam confundidos, o futuro perverso terá a ilusão de que não é necessário esperar o apogeu do desenvolvimento sexual para encontrar a situação fusional com a mãe.

Esta fixação incestuosa para Chasseguet-Smirgel (1991, p.110) se deve não somente à pulsão sexual, como também ao desejo da unidade narcísica, algo marcante na psiquê do infante. Interessante a discussão da *père version* que ela apresenta, o nome do pai não se inscreve para o perverso pela não identificação com o pai, sendo esta identificação um dos motores para o mais adiante, o amadurecimento, remetendo a criança ao desejo de ficar grande: “Realmente, o perverso ajudado, na maior parte do tempo, por sua mãe, vive na ilusão de que a pré-genitalidade é igual ou superior à genitalidade (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991, p.113).” A desqualificação dos atributos paternos fixam o perverso em sua pré-genitalidade. Chasseguet-Smirgel (1991, p. 127), inclusive, repensa, a partir de sua experiência clínica, o conflito do perverso:

Não é que o sujeito saiba e, ao mesmo tempo, não saiba que a mãe não tem pênis, mas o fato de que ele sabe e não sabe que sua sexualidade pré-genital não equivale à sexualidade genital de seu pai. Trata-se de recusar, a todo preço, a obscura e aniquiladora intuição da preponderância das prerrogativas paternas em proveito da manutenção da ilusão de que é o delicioso menino pelo qual sua mãe tem preferência absoluta e da qual é o parceiro sexual adequado.

Para ela, trata-se de uma idealização da ordem de uma compulsão, a opção do perverso é pela via curta de satisfação, o aqui e o agora: “trata-se de admitir os poderes sexuais e fecundantes do pênis paterno e de aceitar o adiamento de satisfação” (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991, p.185). Sua contribuição está além do destaque da idealização compulsiva, esta autora surpreende ao caracterizar o mundo do perverso baseado numa regressão sádico-anal. Sua formulação se deve ao mecanismo do perverso de recusar a diferença entre os sexos e a de gerações,

“a abolição de todas as diferenças, própria da fase sádico-anal” (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991, p.184).

Destarte pondera Chasseguet-Smirgel (1991, p. 185):

O processo de substituição de uma satisfação auto-erótica imediata ligada ao objeto sexual, graças à fantasia que é o meio 'neurótico', também 'normal', de evitar o adiamento, nos parece ser substituído, no perverso, pela regressão que consegue conduzir o desejo, a fonte, o alvo, as representações que a ele estão ligados, ao domínio sádico-anal, processo que não apenas permite o adiamento da satisfação, como também abolir a própria noção de adiamento, enquanto a dimensão genital da psicosexualidade desaparece.

Ela remonta ao sadismo de Marques de Sadê e à cena sádica para explicitar a equação pênis = filho= fezes, elucidando a indiferenciação que o perverso faz de objetos tal qual o bolo fecal, em que tudo é lama, confuso, uma mistura irreconhecível em seus componentes, sendo as fezes fruto de um jato anal (tal qual a ejaculação), equivalendo-se ao pênis do pai. Esta é a essência da fantasia sádica: equivalência da equação, desfazendo-se da castração. A autora arremata comparando a perversão e o sádico ao alquimista (perito em misturas, em(de)composição), ou seja, como aqueles capazes de transmutar a atividade genital para a anal. Também aponta para a criação perversa deste falo autônomo e a forma de resolver a tensão edipiana numa linha curta, breve. O perverso se reiventa, (per) verte a realidade. Chasseguet-Smirgel discute esta proposição (1991, p. 200):

De um modo mais geral, o prazer, ligado à transgressão, é sustentado pela fantasia de ter, rompendo barreiras que separam o homem da mulher, a criança do adulto, a mãe do filho, a filha do pai, o irmão da irmã, as zonas erógenas umas das outras, e, no assassinato (em Sade), as moléculas do corpo entre si, destruído a realidade e, por isso, criado uma nova, a do universo anal, em que todas as diferenças são abolidas.”

Sobre a questão da comunicação, Faleiros e Campos (200, p,13) vêem-na em detalhes: “A comunicação perversa é uma anti-comunicação, é um monólogo, que tem por objetivo ocultar, confundir, amedrontar, manter o poder através de não-ditos. Silêncios, reticências, subentendidos.” Segundo Hirigoyen (1998 apud FALEIROS, 2000, p. 13), “suas formas preferenciais são a mentira, o paradoxo, o

sarcasmo, o desprezo, a desqualificação, a intriga, as duplas mensagens, a tonalidade de voz fria, o olhar dominador, as ordens, a imposição de poder.”

Esta comunicação desconcertante comparece com veemência nas fotos apresentadas na Campanha Unbreakable (ANEXO I), mote do capítulo 5 deste trabalho, exibindo o típico gozo do perverso, da ordem de um dever masoquista e sádico. O perverso e as relações perversas demandam excessivo trabalho econômico para negar a Lei, fato que remete aos casos de abuso sexual intrafamiliar relatados nas instâncias judiciárias. Nestas famílias, há muitos desmentidos, uma comunicação entrecortada, uma intensa carga emocional, além de encenações por parte do ofensor com certos rituais. Cada membro da família parece compor um personagem na cena criada pelo ofensor sexual, numa transgressão que é pura tentativa de prolongar um antigo gozo.

Como nada é tão simples, Freud também ponderou que a angústia de castração mesmo em neuróticos pode deslindar em núcleos perversos ou o estabelecimento de relações perversas, posto que a neurose recalca um desejo perverso, que pode conter núcleos hipercatexizados submetidos ao imperativo da satisfação.

Sobretudo na cultura vigente em que a permissividade é uma parceira das relações sociais e os valores se mostram tão contraditórios, quando estão presentes; vê-se que não se instaura à toa a violência intrafamiliar, um dos cerne do próximo capítulo.

4 A DEMISSÃO DA FUNÇÃO PATERNA E SEU DESDOBRAMENTO: A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A que se atribui a violência sexual produzida no ambiente intrafamiliar? Este estudo tenciona esta questão especialmente em torno da demissão da função paterna. Ademais a associa ao reiterado convite da sociedade atual de fixação na vivência do narcisismo, como remédio para curar uma dor constitutiva, muito salutar, introduzida pela metáfora Nome do Pai. A partir de novas configurações sociais vigentes, assiste-se a outras subjetivações dos papéis familiares. No entanto, o preocupante é a falta de um representante da legislação, de um ordenador, de quem esteja neste papel de interditar o desejo incestuoso, de quem frustra, para que a criança possa organizar-se, estruturar-se.

De fato, cada família tem dado significados próprios para as mudanças ocorridas em suas esferas, como também tem vivido novas representações para as regras, parentesco, tensões e fronteiras entre os membros que a compõem. Somado a isso, muitos elementos culturais propõem um imperativo de gozo, tal qual o perverso, daí a sociedade atual ser palco de tantas relações perversas, fruto de valores sociais inconsistentes, novas configurações culturais e desorganizações familiares.

Nestes tempos de fragilização da ordem simbólica, novas (des) organizações da cultura se produzem, gerando desafios para o lar e para as configurações familiares, principalmente quanto a não: a) (re)produção de violência, b) prevalência de relações perversas e c) cristalização de questões de gênero. Lima (2009, p. 40) retrata esta compreensão:

A família é vista como instituição social, e, como tal, as transformações nela ocorridas refletem as mudanças no contexto social mais amplo, sendo um espaço onde as relações de gênero são confrontadas no exercício de papéis e funções, além do envolvimento afetivo-sexual.

Como os critérios atuais são mais estéticos do que éticos, desvinculando a dor e a autoridade do processo de desenvolvimento, instauram uma falsa pretensão de se viver no prazer, cujo resultado é a incitação dos sujeitos para a vivência de um

narcisismo sem fim (MARIN, 1999). Caro tem sido o desdobramento desta fragilização do Nome do Pai, como já expunha Lacan. A busca de prolongar um antigo gozo e a demissão da função paterna desde meados do século XX têm retirado a gravidade do Homem (MELMAN, 2003) e elas ainda esclarecerem o fenômeno de violência sexual intrafamiliar, denunciada e assistida nos últimos tempos.

Esta versão de pai que não transmite a Lei, conforme apresentado por Zalberg, que nada (ou muito pouco) inscreve no sujeito, em um descaso e complacência com o sem limites salta à Psicanálise. As subjetivações perversas vigentes em razão dos desdobramentos da 'proposta de viver sem Lei' - tal qual uma gravitação - inaugurando uma lei própria para escamotear a castração, põem em jogo a proclamação de um gozo destrutivo, sem referências, num vale tudo de atuações. O impacto disto na subjetividade é a violência. A falta de referências éticas na sociedade atual e em muitas famílias e o imperativo mais estético, de consistência vaga para organizar o sujeito subjetivamente, causam a caça ao agradável, aos objetos de desejo, sem freios para seu usufruto.

A subjetividade humana está gozando a qualquer preço. A máxima se não há impossível, não há saúde mental é genial para o entendimento da violência sexual nas relações familiares (MELMAN, 2003). A subjetividade humana sem o atravessamento do limite, sem esta simbolização, é tal qual a horda primeva estudada por Freud, em que todos estão contra um; e um contra todos, à mercê do desejo apenas.

No entanto, é preciso lembrar, embora se esteja assistindo à demissão da função paterna, que a violência sexual infringida no lar é legalmente instituída como uma ofensa ao direito à dignidade, ao desenvolvimento físico saudável da criança ou adolescente abusado, cujas marcas se inscrevem na dimensão moral, social e psicológica destes sujeitos. A lei paterna é uma referência de proibição do incesto e do assassinato. O reconhecimento da alteridade proporcionado por ela é a condição para se inserir no social e criar laços sociais.

O abuso sexual é uma borda da *Père version* (diferentes versões do Pai) que esbarra no esvaziamento do simbólico. É a perda de objeto amoroso (edipiano), de eleição, tão preferido, provocado pela função paterna, que instaura no Homem um limite, mantendo seu desejo e sua vitalidade, acessando o universo simbólico. E esta cifra simbólica, faltante na atualidade, tem produzido tanta violência nas famílias. Não há sustentação, tudo é possível com a demissão da função paterna, séria tragédia atual, visto que essa função é responsável pelo encontro com a alteridade, instaurando aí uma mudança da circulação pulsional.

Com intuito de retratar o abuso sexual intrafamiliar e sua articulação com o desejo, a transgressão, o imaginário social, segue o próximo subcapítulo.

4.1 O abuso sexual intrafamiliar: entre o desejo e a transgressão

Primeiramente, é importante destacar que o abuso sexual intrafamiliar se configura como incesto, visto que o papel de pai, irmão, padastro, tio, padrinho, mãe, seja quem for o autor da cena sexual está deturpado, porque *a priori* é o de o protetor. O incesto é definido por qualquer contato sexual entre membros da família consanguínea ou não. Trata-se de uma violação sexual homo ou heterossexual feita por um membro adulto ou alguém mais velho da família, ou considerado como tal, em uma criança ou adolescente, valendo-se de poder ou autoridade, envolvendo-os em quaisquer atividades sexuais, tais como palavras obscenas, exposição dos genitais, voyerismo, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal, com o intuito de satisfazer-se sexualmente.

Já é sabido que ela não é fruto do acaso, os casos relatados nas delegacias e instâncias judiciárias mormente expõem um ritual, com cenários particularizados na dinâmica familiar, mediante inclusive a conivência de certos membros do grupo familiar, como aponta Lima (2009, p. 43):

A dinâmica do abuso sexual apresenta alguns pontos comuns destacados na literatura, como uma sucessão de fases que envolvem interação sexual, sigilo e revelação. O adulto apresenta à criança atividades como se fossem jogos ou brincadeiras, evoluindo em contatos, desde brincadeiras que expõe o corpo, passando por toques e carícias, até a ocorrência do sexo oral, anal, vaginal.

Esmiuçando a questão da violência sexual intrafamiliar nesta órbita entre o desejo e a transgressão da lei, Cardoso (2008, p. 8) corrobora:

Exclusivamente para os desviantes da sexualidade normal, o incesto é o ato a ser constantemente atualizado e é a interdição primária a ser abolida. Essa proibição encontra-se na origem da própria renegação da realidade e da recusa da castração que estruturam o desejo perverso. Nessa perspectiva, o cenário incestuoso estaria presente em todas as variadas formas de transgressão reivindicadas pelo desejo do desviante. No excesso solicitado por seu gozo percebemos o movimento em sentido oposto às formas determinadas pela cultura e um investimento, pelo avesso, sobre as interdições.

Dai a incidência tão alta de casos de abuso sexual intrafamiliar (também tido incesto) como representação da transgressão máxima da sexualidade, do desejo e da lei (CARDOSO, 2008). Nesta mesma lógica pode se compreender os casos em que o pai (ofensor mais comum deste tipo de violência sexual) abusa da filha, faz um filho com ela e permanece abusando, só que a ambos. Há na figura desta filha abusada muitas representações ao mesmo tempo: a) a de filha dele; b) de sua amante (posto que é a outra com quem ele mantém relações sexuais), c) mãe dos filhos dele (representando uma mãe); d) a de avó (porque gera lhe um neto); e) a de acesso ilimitado a cada filho gerado, num excesso de transgressão, aos filhos-netos. Em um só ato sexual com ela ele transgride vários interditos.

No entanto, o ônus desta (des) articulação entre desejo e lei não recai apenas sobre o ofensor, o autor do incesto. Freud (1913/1996, p. 49) destacou o comportamento social quanto aos envolvidos na transgressão de um tabu:

Qualquer um que tenha violado um tabu torna-se tabu porque possui a perigosa qualidade de tentar os outros a seguir lhe o exemplo: por que se lhe deve permitir fazer o que é proibido a outros? Assim, ele é verdadeiramente contagioso naquilo em que todo exemplo incentiva a imitação e, por esse motivo, ele próprio deve ser evitado.

Não à toa que se vê certa insensibilidade aos abusados nas instâncias judiciárias. Percebe-se que uma pecha moral une vítima e agressor e expõe a ambos, em um contexto de intimidade forçado, cuja insígnia é o imaginário de despudor, promiscuidade. A análise de delitos sexuais une os protagonistas e confronta não só o agressor, como o próprio delito e exame detalhe sobre a conduta do abusado. Este último se tornam tabu, porque, embora esteja na condição de

vítima, também transgrediu a um tabu, daí um suposto descrédito quanto a sua conduta e uma moral social mais exigente para culpá-lo ou inocentá-lo sobre o abuso sexual sofrido.

De fato, há muita confusão social quanto a esta temática, as instâncias protetivas de toda ordem ainda falham em sua suposta missão, não apenas a família. A sociedade, desinformada, ainda pensa que o ofensor sexual é sempre um pedófilo. É importante destacar que definições e classificações apenas categorizam e problematizar a questão do abuso sexual em torno da pedofilia como uma patologia do indivíduo é a discussão antiga, que guarda relação com um imaginário social de que se trata de uma fatalidade, quanto à qual muito pouco se pode fazer. No entanto, a minoria dos casos é cometida por pedófilos. A maior parte dos ofensores não tem este transtorno e praticam este delito em razão de muitos fatores, tais como: histórico de abuso sexual, dificuldades de relacionamento, alcoolismo, baixo controle de impulsos, a facilidade de acesso e convívio com a criança (FALEIROS; CAMPOS; 2000).

A permissividade social com relação ao contato sexual de adultos com crianças e adolescentes, em especial com esses, a erotização vigente da infância e da adolescência e o descrédito moral do abusado como feito com todos os envolvidos na violação de um tabu (do incesto) parecem contribuir para que o ofensor prossiga cometendo seus atos/jogos sexuais. Além de seu desejo, tudo parece na sociedade atual parece conspirar a seu favor, muitas vezes até o entendimento social, conforme visto. Aliás as falas no momento do abuso, tão empoderadas, parecem revelar muito mais que a relação desigual de poder entre autor e abusado, apontam para uma cumplicidade com o descrédito moral, social e familiar por que muitos abusados passam.

Estes são o alvo de consideração do próximo capítulo: as falas e as marcas que imprimem.

5 CAMPANHA UNBREAKABLE

Em novembro de 2011, Grace Brown, fotógrafa norte-americana, elaborou um projeto contra violência sexual, o qual consistiu na divulgação de imagens de abusados com as frases que lhes marcaram quando sofreram abuso, atualmente são quase 400 fotos. Esta foi sua forma de provocar a sociedade quanto à grande incidência de casos de abuso sexual, após sentir-se mobilizada pelo relato de uma amiga sobre a relação incestuosa que foi obrigada a viver na infância. **No ANEXO A Das imagens e dos restos**, constam 12 imagens da Campanha citada para oportunizar a ilustração e a reflexão pretendida.

A Campanha suscita indagações sobre impactos da violência sexual intrafamiliar no desenvolvimento emocional de um sujeito em constituição de sua subjetividade e dá contorno ao exposto neste trabalho. Dizem das falas, como também dos restos, das marcas, de uma busca de simbolização de algo sentido que escapa à palavra, que carece de um esvaziamento no aparelho psíquico. As fotografias (com as frases ouvidas durante o abuso) se entrelaçam a um fundo sombrio (expresso no olhar dos abusados) de ter um lar onde proteção e violência se (con) fundiram. “A violência gera um ambiente em que predominam sentimentos de medo, desamparo e isolamento, contribuindo assim para manutenção do segredo.” (LIMA, 2009, p. 43).

O título UNBREAKABLE (em português INQUEBRÁVEL) parece traduzir o sujeito escondido que propôs se revelar, dizer de si, reintegrar-se, juntando seus restos, para assim reconstruir outra imagem menos aquebrantada de si mesmo (ver Anexo A). Esta dinâmica do revelar-se para deixar de esconder-(se) rompe todo pacto de segredo que o abuso sexual põe em jogo. Na maior parte das vezes a criança se despedaça com este tipo de violência, não entende o abuso sexual, em geral experimenta um estado de confusão sem tamanho, uma invasão no seu espaço corporal, por ser tomada por uma excitação que ainda não lhe cabe, sobretudo se vê às voltas de significação para uma ação marcada pelo seu não

consentimento e pela incapacidade de dizer NÃO devido ao constrangimento, à ameaça e à relação desigual de poder. Faleiros e Faleiros (2007, p. 40) ressalta:

A dominação sexual perversa é uma construção deliberada, paciente e ritualizada de um relacionamento perverso, que se mantém através da dominação psicológica de longa duração. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, que anula a capacidade de decisão da vítima e acaba pela dominação e aprisionamento.

A criança abusada aliena de si, do seu corpo, passa a vivê-lo como um lugar de mudanças angustiantes, daí tantas somatizações e as autodestruições que infringe ao próprio corpo (MENDES; FRANÇA, 2012). Quando em atendimento psicossocial ou clínico, é perceptível a cisão egóica que experienciam decorrente do abuso sexual, amplamente discutida na teoria de Ferenczi. Uma parte da criança fica destruída e outra se torna artificial, para ajudar a que está estraçalhada pelo abuso sexual, o qual lhe causa o desamparo, a vergonha e a culpa.

Já os adolescentes abusados esbarram muitas vezes no imaginário social enganoso de sedução, sendo os abusos interpretados pela sociedade, pela família e muitas vezes até pela Justiça como consequência de uma indução ou provocação dos adolescentes (que são os abusados). Nova tragédia se configura nesta visão: culpá-los e estigmatizá-los como os verdadeiros autores da violência sofrida, causando outra vitimização.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu concluir que a alta incidência de incesto, divulgada pelo Disque Direitos Humanos da Presidência da República e por outras instituições, aponta para a fragilização/demissão da metáfora paterna, marca relacionada à estrutura Perversa. As estatísticas sobre o tema impressionam e apontam o lar como um lugar ameaçador para crianças e adolescentes crescer e se desenvolverem, que podem ora configurar como abusados ora autores. O destaque neste entendimento é para os elementos da cultura, os quais também têm repercutido na produção de relações perversas e na subjetivação da perversão.

Novos impasses sociais e subjetivos têm se apresentado na contemporaneidade em razão de mudanças nas configurações culturais e familiares. Viver sem referência, sem barra, sem a sustentação do nome do pai tem feito do Homem e do outro social mero objeto, de posse e necessidade. Na contemporaneidade, a questão a que se assiste é a propagação de valores mais estéticos e menos éticos e a perda de autoridade, sejam das instâncias ou de referências pessoais, as quais reforçam o sem limites e o consumo. O que se oferece aos sujeitos? A falsa ideologia do prazer. Vale tudo, a tudo custo e a todo momento. Na cultura vigente, este ideal de felicidade está no lugar da moral, da lei. Além de não haver empecilhos no imaginário social atual, todos têm (e se sentem no) direito (MELMAN, 2003), o que lhes torna tão onipotentes. Esta onipotência é uma das responsáveis pela violência na rua e no lar e pelo predomínio de relações perversas.

Sem dúvida, o lar é o primeiro núcleo social que pode dar vazão ilimitada ou contenção a este apelo de gozo. A não implicação da perda de gozo por parte da criança, em razão da pouca eficácia da metáfora paterna, opera no sentido da estruturação perversa. Havendo falhas na transmissão simbólica aliada a recusa/a denegação da castração (simbólica) pelo sujeito, o que se verá nas relações familiares é pouco apaziguamento ao desejo e a muita angústia.

Retomando Freud e Lacan, este trabalho concluiu que cada família **tem o desafio de transitar entre o desejo, a fantasia e estruturar as relações e os**

sujeitos. Desta forma, tal qual no mito da horda primitiva, a agressividade e a voracidade do desejo são resultados da não-sustentação simbólica de uma interdição ao desejo. Esta interdição do desejo humano implica subjetivamente uma inserção na Lei baseada, como expõe Lacan, nos três registros de pai (imaginário, simbólico e real). O Nome-do-pai, significante enunciado por Lacan, reúne, ao mesmo tempo, a instância do desejo (instaura uma falta) e a instância da Lei (a mãe está interdita), barrando o sujeito, impondo-lhe limite. A função do pai é ser interdito ao tabu, por isso a demissão da função paterna na contemporaneidade tem como desdobramento possível a violência.

Conforme visto, a passagem pelo Édipo e a vivência da castração dos sujeitos é dolorosa; no entanto introduz a falta, a experiência subjetiva humana mais significativa, de acordo com a teoria psicanalítica. Sem este pacificador do desejo materno - denominado de função paterna -, o sujeito fica à mercê da mãe, fixado numa sexualidade primeira, pré-genital. Daí a relação estabelecida neste estudo sobre castração, perversão e o abuso sexual, porque é próprio da dinâmica econômica do perverso perverter o desejo, negar a lei e desafiar o pai. Seu gozo é na transgressão, daí se insere também o incesto.

Este desmentido do perverso é sua saída, sua prevalência é pela relação imaginária, tal qual se vê na contemporaneidade, a qual está mais às voltas com a dimensão imaginária do que com a simbólica diante do Real. Daí tantos fetiches, transgressões, amoral, violência, incesto, ações que estejam na contramão do pai simbólico. Na perversão, não há a representação daquilo com o que não se identificou, há arranhaduras na inscrição da castração. O perverso distorce a realidade; no entanto ele sabe o que faz e com quem faz suas transgressões, não há pedidos de desculpas, não há culpa, este está no cumprimento do **DEVER** de gozar a todo custo.

Por isso, a intervenção judicial tem tido seu valor, porque pode agir (e esta é sua pretensão) como um terceiro capaz de interromper o ciclo de abuso intrafamiliar, não só quando afasta o ofensor do abusado, como também quando oferece a eles serviços em saúde pública multiprofissionais de acolhimento e atendimento.

Diante do exposto neste estudo, parece que os desafios são muitos: a) campanhas preventivas; b) canais efetivos para denúncia; c) fortalecimento do judiciário na repressão desta violação; d) equipamentos públicos de saúde para atender a esta demanda; e) profissionais competentes tecnicamente para lidar com a questão do abuso sexual; f) enfrentamento das implicações sociais e subjetivas para a criança e adolescente abusado, que vive uma dubiedade quanto ao que sente pelo ofensor (misto do amor, vergonha e raiva) e g) atendimento aos ofensores. Aliás, é sabida a falta de disposição de muitos profissionais para atender aos abusados e ao ofensor.

É preciso lembrar que a sexualidade da criança é mais lúdica que a do adulto, a qual em geral é mais agressiva, e a sexualidade dos adolescentes se insere em uma experimentação cuja livre escolha e recuo são as marcas essenciais, ou seja, de uma ordem completamente diferente do incesto. Este – o abuso sexual intrafamiliar – trata-se de uma coerção, na qual os autores dispõem do corpo de seus infantes pelo fácil acesso ou por acreditarem que aqueles devem estar disponíveis para seu prazer. O que resta aos abusados deste atravessamento é a vivência de uma infância ou adolescência com representações marcadas por uma relação com o adulto sexualizada, machista e, em alguns casos, violenta fisicamente (SANTOS, 2002). De fato, o abuso sexual intrafamiliar é uma transgressão à proteção integral, à integridade física e psicológica destes sujeitos em desenvolvimento.

Para Psicanálise, há questões éticas a serem vencidas nestes atendimentos, posto que ela não pretende a normatização de sujeitos (uma demanda da sociedade). Ao mesmo tempo está implicada por ordenamentos legais a assegurar proteção aos abusados, que se encontram ainda em estágio de desenvolvimento e são o pólo frágil desta vivência sexual para a qual não houve consentimento e condições de entendimento. Especialmente a escuta do ofensor pressupõe peculiar disposição, posto que a perversão e suas manifestações trazem à baila a própria sexualidade infantil do analista. Apesar das dificuldades, a clínica psicanalítica tem oferecido preciosas contribuições para o entendimento da perversão, desarticulando-a com o imaginário médico e social antigo de pura malvadeza,

tomada por anos como aberração. No entanto, trata-se de uma das expressões possíveis para estruturação do desejo, a qual se caracteriza pela dificuldade do sujeito na castração, que impacta sobremaneira a construção da sua psicosexualidade.

Aliás, mister se faz atentar-se ao desastre de um encaixe rígido da teoria psicanalítica ao analisando, visto que singularidade de cada história de vida é o material essencial para aquela análise, a condução do tratamento; afinal a estruturação do desejo inconsciente e sua articulação com a linguagem é única em cada sujeito. Por fim, percebe-se que a complexidade dos casos de abuso sexual intrafamiliar retoma a máxima da Psicanálise de pensá-los um a um.

A riqueza da psicanálise consiste em entender o inter-jogo de (re) significações e representações que os sujeitos constroem, acessar algo do material inconsciente dos analisandos e ajudá-los a escarafunchar a ignorância sobre si, emergindo o sujeito do inconsciente para que possam apropriar-se de suas escolhas e atos (seja abusado, ofensor ou grupo familiar), lançando luz às suas relações objetais, explorando novos vir a ser.

O analista, por meio do corte e da interpretação, oferece outros significantes ao analisando, podendo emergir a (res)significação da cadeia sobre a qual o sujeito se assenta, suscitando efeitos no sujeito. Nasio (1993, p. 22) aponta: “a interpretação formulada pelo analista atualiza o inconsciente do analisando.” Como sabiamente exposto por Clarice Lispector: “Ainda bem que sempre existe outro dia. E outros sonhos. E outros risos. E outras pessoas. E outras coisas...”

Por fim, destaco que **o foco deste estudo foi elucidar a montagem do sujeito e sua relação com a questão do abuso sexual intrafamiliar**; por este motivo pude elucidar tanto a ótica do ofensor sexual quanto do abusado, de certo modo também das testemunhas; além de discorrer sobre o papel do psicanalista diante desta problemática. Este trabalho pôde concluir que a demissão da função paterna e as mudanças culturais (simbólicas) são corresponsáveis pela violência sexual intrafamiliar e a desorganização de alguns sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia e estudo*. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Org.). *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo. Iglu, 1989.

ABREU, M.A. M. *A Trágica Trama: o abuso sexual infantil representado no filme Má Educação*. 2005. 141f. Tese (Mestrado em Psicologia)-Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

BALTIERI, D. A. *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais*. 2005. 162f. Tese (Doutorado em Psiquiatria)-Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BROWN, G. Projeto *Unbreakable*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/02/projeto-unbreakable/>> Acesso em: 10 ago. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CARDOSO, R. F. Por uma estética da perversão. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL da ABRALIC,11, São Paulo, 2008. *Anais do Congresso Tessituras, Interações, Convergências*. USP, 2008. p. 1-10.

CECCARELI, P. R.; SANTOS, A.B.R. Perversão Sexual, Ética e Clínica Psicanalítica. *Revista Latinoamericana*. 2009. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 316-328, 2009.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. (1991). *Ética e estética da perversão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-!0: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organiz.Mind. de Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FALEIROS, E. T. S.; CAMPOS, J. O. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Unicef, 2000.

FALEIROS, E. T. S.; FALEIROS, V. P. *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FREUD, S. (1905). *Três Ensaios sobre a Sexualidade*. In: Freud, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, ANO. v. VII.

FREUD, S. (1912). *Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise*. In: Freud, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, ANO. v. XXII. p. 275-287.

FREUD, S. (1913). *Totem e tabu*. In: Freud, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII.

FREUD, S. (1914 -1916). Sobre o narcisismo: uma contribuição. In: Freud, S. Obras Completas. *A história do Movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII.

FREUD, S. (1920). *Além do Princípio do Prazer*. In: Freud, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII.

FREUD, S. (1933). *A dissecação da personalidade psíquica. Conferência III*. In: Freud, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII.

HOMRICH, A.C.B. *O Conceito de Superego na Teoria Freudiana*. 2008. 248f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LACAN, J. (1954-1955). *Seminário 2: o eu na teoria de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1995.

LACAN, J. (1956 -1957). *Seminário 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1995.

LACAN, J. (1964). *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1988.

LACAN, J. (1957-1958). *Seminário 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1999.

LACAN, J. (1949). *“O estádio do espelho como formador da função do Eu”*. In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LIMA, C. M. *Infância Ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Curitiba: Juruá. 2009.

MARIN, I. S. K. Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2 , n. 3, p. 76-88,1999.

MELMAN, C. *O homem sem gravidade – Gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro. Companhia de Freud, 2003.

MENDES, A. P. N; FRANÇA, C. P. Contribuições de Sandro Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. *Psicologia e estudo*. Maringá: v.17. n.1, jan./mar. 2012.

NASIO, J. D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993.

SANTOS V. A. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: O papel da Justiça na construção e reconstrução de significados*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ZALBERG, M. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2007.

ANEXO A – Das imagens e dos restos





















